

Trump 2.0 promete choque econômico global¹

Otaviano Canuto²

A vitória eleitoral de Trump foi completa. Além do Colégio Eleitoral e dos votos absolutos, seu partido retomou o Senado e deve manter a maioria de deputados na Câmara. A execução de sua agenda, portanto, não precisará ficar limitada ao que pode fazer com medidas executivas, ganhando força para também incorporar o Legislativo quando este for necessário.

Ao longo de sua campanha, Trump aludiu a vários caminhos nos quais poderia colocar sua agenda de política econômica. Espera-se que tire o pé do pedal na agenda de descarbonização presente na política econômica norte-americana, algo que, pelo peso e tamanho da economia do país, terá impacto global. Também se espera o retorno da inclinação desfavorável à imigração na gestão pública que marcou seu 1º mandato.

Dúvidas e apreensões estão também dirigidas a suas promessas de uso novamente de políticas comerciais sob a forma de tarifas sobre importações, em escala e abrangência geográfica e setorial maiores do que foi em seu mandato anterior. Caso isto se cumpra em intensidade próxima ao que aludiu durante a campanha, pode-se contar com algum grau e intensidade de choque sobre o país e a economia global.

Dentre outras medidas de política comercial, Trump já mencionou duas possíveis: uma tarifa de 60% sobre as importações chinesas e uma tarifa universal de 10%-20% sobre todas as importações. Ao longo da campanha, mencionou outras de tamanhos variados sobre produtos de outros países. Até ameaçou estabelecer tarifas de 100% sobre países que ameacem abandonar o dólar norte-americano como moeda global de escolha.

Enquanto a administração democrata perseguiu uma “redução de risco” na exposição à economia chinesa –alegando razões de segurança nacional, mediante políticas de proteção, bloqueio de acesso à tecnologia e subsídios à produção local em semicondutores e energia limpa– pode-se dizer que os anúncios de Trump apontam na direção da busca de um “descolamento ou dissociação” total entre as duas economias.

Como em todas as políticas mercantilistas, baseadas na crença de que o adversário perde e a produção local ganha, há sempre uma subestimação dos impactos negativos sobre todos os lados, inclusive terceiros países. Como abordamos aqui em 2020, as tarifas de Trump contra a China em seu governo anterior acabaram impactando negativamente o próprio emprego manufatureiro dos EUA, para não falar da agricultura

¹ Artigo publicado em Poder360. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/opiniao/trump-2-0-promete-choque-economico-global/> Acessado em 07.11.2024

² Integrante-sênior do Policy Center for the New South, integrante-sênior não-residente do Brookings Institute e diretor do Center for Macroeconomics and Development em Washington. Ex-vice-presidente e diretor-executivo no Banco Mundial, diretor-executivo no FMI e vice-presidente no BID

perdida para o Brasil no mercado chinês.

Para aqueles que acham que terceiros países podem se beneficiar como “conectores” entre EUA e China –como México, Vietnã, Malásia e outros têm feito desde a guerra no 1º mandato de Trump– cumpre observar que um “descolamento” perseguido pela administração dos EUA não vai deixar tais conexões intocadas.

Trump já comparou guerras comerciais a lutas de boxe. Cabe observar que a elevação do custo de vida para os cidadãos norte-americanos como resultado das tarifas será parte do impacto sofrido pelo lado que golpeia no caso. Não por acaso, Kamala Harris chamou a proposta tarifária de Trump de *“imposto sobre os consumidores dos EUA”*.

Tarifas são um imposto sobre importações. Trump disse que o imposto será pago por estrangeiros, ou seja, que estes absorveriam o impacto sem repasse a preços. Mas isso significaria a ausência do efeito de substituição de importações por produção local.

O resultado mais provável será a elevação de preços domésticos. Alguns alegam que os efeitos inflacionários das tarifas de Trump em seu 1º governo foram mínimos. Contudo, as novas propostas de Trump se aplicariam a uma parcela muito maior das compras externas. O impacto nos preços será muito maior do que o relativamente modesto *“protecionismo inicial”* do 1º mandato de Trump.

Cabe observar que um imposto sobre importações é, também, um imposto sobre exportações, pelo fato de que em parte as tarifas viram um custo para os exportadores que dependem de insumos importados. Isso necessariamente tornará tais exportações menos competitivas. Assim, as tarifas elevadas pré-anunciadas por Trump tenderão a expandir indústrias de substituição de importações menos competitivas, mas contrair as exportadoras altamente competitivas. A retaliação estrangeira contra as exportações dos EUA agravaria esse dano. Assistiu-se a tais efeitos durante a elevação de barreiras comerciais por Trump em seu 1º mandato.

Onde resta pouca dúvida é quanto ao efeito recessivo para a economia global, particularmente com as prováveis respostas retaliatórias dos demais países. Passando por uma desaceleração chinesa, mas também em outros países. Na reunião anual do FMI em Washington, D.C., em outubro, Christine Lagarde, chefe do Banco Central Europeu, disse que novas barreiras comerciais poderiam renovar as pressões inflacionárias mundiais e reduzir o PIB global em até 9%, em seu cenário mais grave.

Uma segunda área em que Trump já deu sinais é a tributária e fiscal. No campo fiscal, o déficit público nos EUA tende a se elevar substancialmente. Isto também tende a trazer impactos macroeconômicos em escala global.

Trump mostrou inclinação para tornar permanentes todos os cortes aprovados pelo Congresso em 2017, o que será facilitado pela vitória republicana no Senado e na Câmara. Naquele ano, os cortes nas taxas de imposto de renda corporativo foram permanentes, ao passo que os cortes nos impostos de renda individual e de herança deveriam expirar no final de 2025. Trump quer torná-los todos permanentes, além de acrescentar outros itens –como gorjetas. Trump falou em recomposição de arrecadação tributária via tarifas, mas ninguém estima ser isso possível.

No lado das despesas, mesmo cortando a despesa determinada nas leis dos semicondutores e da energia limpa (*“Chips Act”* e *“Inflation Reduction Act – IRA”*), cortes substanciais não serão possíveis sem encolher gastos sociais, como o “Medicare”. Analistas projetam que as propostas de Trump aumentarão a dívida federal. O Comitê para um Orçamento Responsável, apartidário, estima que os planos de Trump podem adicionar US\$ 7,5 trilhões.

Muitos economistas e investidores destacam um risco de um longo período de taxas de juros mais altas nos EUA. Temem que não só novas tarifas, mas também déficits americanos maiores, possam aumentar a pressão inflacionária dos EUA, levando o Federal Reserve a estender seu período de política monetária mais rígida.

IMPACTO NO BRASIL

E o Brasil? Mais imediatamente, a eleição de Trump já está trazendo impacto sobre o Brasil mediante os canais de transmissão monetária e cambial. A valorização do dólar em relação às demais moedas que já acompanhou as pesquisas eleitorais favoráveis a ele também atingiu o real. Na 4ª feira (6.nov.2024), no 1º dia depois das eleições, a desvalorização do real foi acentuada, mesmo tendo revertido até o final do dia.

O que se pode depreender para o futuro é uma perspectiva de juros mais altos nos EUA, empinando sua curva temporal, acompanhando não só a perspectiva de inflação mais alta nos EUA, mas também de deficits públicos maiores. Mais do que nunca, aumentará a demanda de que o governo brasileiro dê sinais mais firmes de redução de seu desequilíbrio fiscal no futuro próximo, de modo a evitar que o prêmio de risco-país intensifique o efeito da valorização do dólar e das taxas de juros longas mais altas nos EUA sobre a taxa de câmbio e a inflação no Brasil.

Na área comercial, é possível até que o deslocamento da demanda agrícola chinesa dos EUA para o Brasil, que ocorreu durante a guerra comercial EUA-China no 1º governo Trump –deslocamento não revertido posteriormente– possa receber impulso adicional em novas rodadas de retaliação chinesa na guerra comercial.

O comércio bilateral Brasil-EUA evoluiu, no passado recente, de deficits do 1º para saldos próximos de zero. A subida nas exportações agrícolas brasileiras –carne, açúcar, óleos e gorduras– e a redução nas compras brasileiras de combustíveis fósseis ajudaram naquela direção, enquanto o deficit brasileiro bilateral nas manufaturas cresceu nos últimos anos.

Há sensibilidade, por outro lado, quanto às exportações brasileiras de produtos metalúrgicos. Deve-se ter em vista as demandas por fabricantes de aço dos EUA de que tarifas sejam impostas sobre as exportações brasileiras de aço.

O Brasil não aparenta estar no foco da política comercial de Trump, como China e os “países conectores”. Mas vale notar que em uma entrevista em abril para a revista *Time*, Trump se referiu ao Brasil como “*um país de tarifas muito altas*”. O não-alinhamento geopolítico brasileiro e as seguidas referências à substituição do dólar, porém, podem vir a aproximá-lo daquele foco.

Em resumo, as políticas comercial e fiscal no governo Trump 2.0 podem trazer choques macroeconômicos para a economia global e o Brasil. A possibilidade de desaceleração no crescimento econômico chinês, como consequência da política comercial Trump 2.0, pode vir a ser também um canal de transmissão sobre a economia brasileira por meio de suas exportações de commodities para aquele país.

No lado fiscal, há menor impedimento para o governo Trump 2.0. Já quanto às tarifas, há quem –como John H. Welch, CEO da Research for Emerging Markets Inc– destaque limites legais que dificultariam o cumprimento das promessas significativas feitas por Trump durante a campanha. Caso este venha a de fato sobrepujar tais limites e implementar algo próximo do que prometeu, a economia global e o Brasil enfrentarão um verdadeiro choque macroeconômico.